



Naturgy

Transforming together

Demonstrações
financeiras

2021





Acesse os
Informes anuais
2021

Demonstrações
financeiras

2021



Na Naturgy, **transformamos** juntos, trabalhando com excelência.



Demonstrações financeiras

- | 4 Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2021.
- | 42 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.
- | 45 Parecer do conselho fiscal.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	338.638	180.275
Contas a receber de clientes (Nota 7)	320.245	230.997
Tributos a recuperar (Nota 8)	10.751	25.364
Contribuição social a recuperar (Nota 8)	35.713	18.069
Despesas antecipadas	519	841
Outros ativos	2.043	1.522
	707.909	457.068
Não circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 7)	110	1.262
Tributos a recuperar (Nota 8)	191.237	8.913
Depósitos judiciais (Nota 17)	2.505	2.238
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	26.353	23.153
Outros ativos	18	18
	220.223	35.584
Intangível (Nota 11)	612.521	635.221
Ativos de direito de uso (Nota 12.1)	13	390
	832.757	671.195
Total do ativo	1.540.666	1.128.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante		
Fornecedores (Nota 13)	343.675	237.061
Obrigações por arrendamento (Nota 12.2)	17	424
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	118.714	5.459
Tributos a recolher (Nota 15)	29.247	33.951
Imposto de renda a pagar (Nota 15)	15.351	22.899
Dividendos e JCP a pagar (Nota 10)	38.917	31.162
Demais contas a pagar	1.608	1.150
	547.529	332.106
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	242.082	350.000
Obrigações por arrendamento (Nota 12.2)	-	6
Provisão para contingências (Nota 17)	17.656	16.131
Débitos restituíveis	1.966	1.966
Obrigações setoriais (Nota 8)	183.238	-
	444.942	368.103
Total do passivo	992.471	700.209
Patrimônio líquido (Nota 16)		
Capital social	224.186	161.419
Reserva de capital	90	90
Reservas de lucros	323.919	266.545
Total do patrimônio líquido	548.195	428.054
Total do passivo e patrimônio líquido	1.540.666	1.128.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Receita líquida (Nota 19)	3.127.227	2.182.934
Custo do serviço prestado (Nota 20)	(2.817.006)	(1.933.335)
Lucro bruto	310.221	249.599
Despesas de vendas (Nota 22)	(12.254)	(6.713)
Despesas administrativas e gerais (Nota 22)	(41.697)	(42.573)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 23)	(739)	(6.757)
Lucro operacional	255.531	193.556
Receitas financeiras	47.736	4.952
Despesas financeiras	(67.864)	(16.554)
Resultado financeiro, líquido (Nota 24)	(20.128)	(11.602)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	235.403	181.954
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Nota 15.b)	(76.613)	(56.765)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 15.b)	3.200	(542)
Lucro líquido do exercício	161.990	124.647
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações	0,08120	0,06248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	161.990	124.647
Total do resultado abrangente do exercício	161.990	124.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais
Em 31 de dezembro de 2019	161.419	90
Reserva especial	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação do lucro:		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 6,9849 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 9,6826 por lote de mil ações) a definir em AGOE	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2021)	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	161.419	90
Aumento de Capital (conf. AGOE abril/2021)	62.767	-
Destinação para a reserva legal (conf. AGOE abril/2021)	-	-
Destinação para a reserva de expansão (conf. AGOE abril/2021)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação do lucro:		
Reserva legal	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 9,7964 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 11,1803 por lote de mil ações) a definir em AGOE	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (janeiro/2022)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	224.186	90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reserva de lucros

Expansão	Legal	Especial	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
89.173	32.284	-	89.018	-	-	371.984
-	-	53.692	(53.692)	-	-	-
-	-	-	(35.326)	-	-	(35.326)
-	-	-	-	124.647	-	124.647
-	-	-	-	(13.934)	-	(13.934)
-	-	-	-	(19.317)	-	(19.317)
-	-	-	91.396	(91.396)	-	-
89.173	32.284	53.692	91.396	-	-	428.054
(62.767)	-	-	-	-	-	-
-	6.232	-	(6.232)	-	-	-
85.163	-	-	(85.163)	-	-	-
-	-	-	-	161.990	-	161.990
-	6.321	-	-	(6.321)	-	-
-	-	-	-	(19.544)	-	(19.544)
-	-	-	-	(22.305)	-	(22.305)
-	-	-	113.820	(113.820)	-	-
111.569	44.837	53.692	113.821	-	-	548.195

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	235.403	181.954
Ajustes		
Amortizações do intangível	40.354	39.522
Depreciação do imobilizado - arrendamento	375	483
Provisão (Reversão) para contingências	1.525	(905)
Juros provisionados e não pagos	26.507	15.575
Resultado na venda do intangível	19	73
Resultado na baixa de imobilizado arrendado	2	-
Juros sobre arrendamento	25	63
Atualização monetária sobre depósito judicial	(254)	(104)
Provisão para perdas de crédito esperadas	6.374	1.901
Lucro antes dos impostos ajustado	310.330	238.562
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(94.470)	(27.434)
Tributos a recuperar e diferidos	78.990	64.902
Outros ativos	(212)	(83)
Fornecedores	106.614	5.807
Tributos a recolher	(86.507)	(28.003)
Outros passivos	458	(2.824)
Caixa proveniente das operações	315.203	250.927
Juros pagos sobre empréstimos	(21.170)	(17.955)
Juros pagos sobre arrendamento	(25)	(67)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(84.307)	(49.833)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	209.701	183.072
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(17.674)	(23.351)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(17.674)	(23.351)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização principal sobre arrendamento	(413)	(483)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(33.251)	(62.381)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(33.664)	(62.864)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	158.363	96.857
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	180.275	83.418
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	338.638	180.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A CEG RIO S.A. (a “Companhia” ou “CEG RIO”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todas as atividades correlatas, compatíveis com a natureza do serviço de distribuição de gás.

A concessão obtida junto ao Estado do Rio de Janeiro tem o prazo de 30 anos, contados a partir de 21 de julho de 1997, prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG RIO inclui as regiões Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense, Baixada Litorânea, Serrana, Médio Paraíba, Centro-Sul e a Baía da Ilha Grande, todas no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o contrato de concessão, a CEG RIO deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela sua integridade;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 07 de fevereiro de 2022.

1.1. Impactos da COVID-19

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde (“OMS”) classificando o surto da COVID-19 como uma pandemia, os Governos Federais, Estaduais e Municipais foram compelidos a adotar medidas mais rígidas para conter o avanço do vírus. A principal medida adotada consiste no isolamento social, acarretando impactos nas atividades econômicas, causando incertezas e reduzindo a necessidade energética do Brasil, podendo impactar segmento de Distribuição de Gás Natural.

Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos, riscos e incertezas causados pela Covid-19, incluindo, mas não se limitando a: i) desempenho da demanda de gás, ii) impactos nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; iii) variação dos indicadores macroeconômicos; iv) fluxo de caixa no curto e médio prazo; v) redução do valor recuperável de ativos não financeiros e vi) avaliação de continuidade operacional.

As análises realizadas pela administração da Companhia não identificaram mudanças nos fatos e circunstâncias econômicas atuais, bem como impactos diretamente atribuíveis ao surto da COVID-19 que indicassem a necessidade de fornecimento de divulgações adicionais de modo a garantir que as informações prestadas refletissem a realidade econômica da Companhia.

Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi observado como possível impacto, considerando a dificuldade em dissociar as operações normais e aquelas incrementais relacionadas à pandemia, o aumento das perdas de crédito nos mercados com restrição temporária de cortes de fornecimento quando comparado ao período inicial de 2020 - pré-pandemia - conforme evolução observada na nota explicativa nº 7 - Contas a receber de clientes.

A Administração entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo a Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de seus clientes.

Dentre as medidas adotadas pela Companhia, podemos destacar:

Suspensão de cortes de fornecimento

Seguindo as determinações legais, em especial as normativas da Lei 8.769/20, que vedou a suspensão do fornecimento de gás natural, mesmo em casos de inadimplência de consumidores residenciais e aqueles classificados como: (i) MEIs (Micro Empreendedores Individuais); (ii) Micro e Pequenas Empresas; e aos optantes pelo regime de arrecadação de tributos denominado Simples Nacional (Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006), a Companhia suspendeu o corte por inadimplência do fornecimento de gás natural canalizado, abrangendo aproximadamente oitenta e quatro mil clientes. Os cortes serão realizados somente em casos de emergência, como escapamentos. A medida vale para residências, pequenos comércios, microempreendedores individuais e serviços médico-hospitalares.

Em 16/07/2021, foi publicada a Lei Estadual 9.356/2021 que alterou as medidas restritivas contidas na Lei Estadual 8.769/2020, passando a vigorar as condições e prazos previstos na Resolução ANEEL 928/2021. A Lei também veda a interrupção, durante o período de pandemia, do fornecimento de gás para o cliente pessoa física cujo consumo não seja superior ao consumo mínimo. Com a alteração, é possível a suspensão do fornecimento para clientes inadimplentes após 90 dias, exceto para os casos mencionados na referida resolução. A Companhia encontra-se em processo de adequação dos seus sistemas e demais atividades necessárias para implementação de tais medidas.

As medidas restritivas são aplicáveis aos serviços essenciais de que trata esta Lei, enquanto durar os planos de contingência e/ou o estado de calamidade sanitária no Estado do Rio de Janeiro, sendo este prorrogado pelo Decreto Estadual (RJ) Nº 47.870, de 13/12/2021 até o dia 01/07/2022.

Reajuste de tarifas

Em 30 dezembro de 2020 foi proferida a Deliberação AGENERSA nº 4.164, a qual reconheceu o direito da Companhia em reajustar a tarifa, no percentual de 24,52%, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021; bem como, considerando os efeitos da pandemia, autorizou que a Companhia procedesse com o reajuste de forma escalonada ao longo do ano, incidindo em fevereiro o percentual de 4% e, para os meses de maio, agosto e novembro, o percentual de 6,2%. O valor não repassado nas tarifas será considerado na 4ª Revisão Quinquenal, conforme Deliberação 4.364/21 publicada pelo Regulador em 30/12/2021 (Nota 21).

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os instrumentos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e, possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com um risco insignificante de mudança de valor.

Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia.

2.4 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.4.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia

nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.4.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados como:

- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído

por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas e reconhecidas na contabilidade.

2.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.7 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão; e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o

modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

2.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam *ágio*, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiriam. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

Como resultado dessa avaliação, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2021.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11 Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais e decorrentes das estimativas de compras de gás para fornecimento às térmicas são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.13 Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.14 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, e calculados com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado e deve ser aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.15 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando esta pode ser mensurada com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

b. Receita de prestação de serviço de distribuição

A receita decorrente do serviço de distribuição de gás (Acesso de Terceiros à Rede - ATR) é reconhecida pelo volume de gás medido pela Petrobras aplicando-se a margem da Distribuidora, considerando que a aquisição do gás é negociada de forma direta e o cliente remunera a Companhia pela movimentação do gás.

c. Serviço de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

d. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e concluídas que não surtirão impactos na contabilidade da Companhia.

As normas analisadas pela Companhia foram:

- **CPC 50** – Contratos de seguro
- **IAS 1** – Classificação de passivo como circulante e não circulante
- **CPC 23/IAS28** – Definição de estimativa contábil
- **CPC 32/IAS 12** – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

2.17 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021.

- **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48:** Reforma da Taxa de Juros de Referência.
- **Alterações no CPC 06 (R2):** Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras e nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a. Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 188.334 (R\$ 136.995 em 31 de dezembro de 2020).

b. Provisão para perdas de crédito esperadas

A Companhia efetua um estudo de sua carteira de clientes e registra uma estimativa que representa sua expectativa de inadimplência possíveis ao longo da vida esperada a incorrer para os créditos das contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente no percentual médio de perda histórica observado pela Companhia nos últimos anos. A composição dos vencimentos e as movimentações estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

c. Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a saídas de recursos decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

A base da avaliação da incerteza encontra-se divulgada na nota explicativa nº 17.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco com de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexados à moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos e contratação de serviços em moeda estrangeira (Euro). Em 31 de dezembro de 2021 não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

(ii) Risco com taxa de juros

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b. Risco de crédito

As regras relativas às vendas da Companhia consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota explicativa nº 7. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalentes de caixa em bancos de primeira linha.

Em relação às contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 86.655 clientes do segmento residencial, comercial, industrial, veicular e geração elétrica, porém existe a concentração/dependência do segmento industrial tendo como principal fonte de receita um único cliente, cujo volume faturado representa aproximadamente 52% (52% em 2020) do total sem considerar as térmicas (mercado convencional).

c. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está inferior ao ativo circulante no montante de R\$ 160.380 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 124.962 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG RIO goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021			
Empréstimos e financiamentos	122.850	175.245	116.636
Fornecedores	343.675	-	-
Demais contas a pagar	1.608	-	-
Arrendamento	17	-	-
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos e financiamentos	5.564	285.838	87.973
Fornecedores	237.061	-	-
Demais contas a pagar	1.150	-	-
Arrendamento	424	-	-

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma e, sim, baseadas em uma opção da Administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d. Análise de sensibilidade

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 17.997, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2021, indicava uma taxa SELIC em 9,25%.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
		Deterioração 25%	Deterioração 50%
Taxa média mensal do CDI em 31/12/2021 - %	8,76	8,76	8,76
Dívida líquida – bancos	17.997	17.997	17.997
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2021 - %	9,25	11,56	13,88
Despesa financeira	88	504	921
IR e CS	30	171	313
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	58	333	608

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo total de capital próprio e de terceiros. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim sumariados:

	2021	2020
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	360.796	355.459
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(338.638)	(180.275)
Dívida líquida	22.158	175.184
Total do patrimônio líquido	548.195	428.054
Total do capital próprio e de terceiros	570.353	603.238
Índice de alavancagem financeira - %	4%	29%

4.3 Instrumentos financeiros

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Em 31 de dezembro de 2021, não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

b. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração supervisiona e aprova as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

5. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Apresentamos, a seguir, os principais instrumentos financeiros classificados por categoria:

	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	338.638	180.275
Contas a receber de clientes	320.355	232.259
Outros ativos	2.043	1.522
	661.036	414.056

	2021	2020
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	360.796	355.459
Dividendos e JCP a pagar	38.917	56.850
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	345.283	238.211
	744.996	650.520

Os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos				
Empréstimos e financiamentos	360.796	360.796	355.459	355.459
Dividendos e JCP a pagar	38.917	38.917	56.850	56.850
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	344.143	344.143	237.411	237.411

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	56.222	53.814
Aplicações financeiras (CDBs)	282.416	126.461
	338.638	180.275

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (99,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), vendas de serviços e de equipamentos, como demonstrado a seguir:

	2021	2020
Consumidores de gás e serviços		
Faturado	207.378	165.005
Não faturado	188.334	136.995
Venda de equipamentos e serviços	1.640	882
	397.352	302.882
Provisão para perdas de crédito esperadas	(76.997)	(70.623)
Total de contas a receber	320.355	232.259
Circulante	320.245	230.997
Não circulante (a)	110	1.262

(a) Refere-se a parcelamento de cliente acima de 12 meses.

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2021	2020
A vencer	319.392	218.199
Vencidas até três meses	5.751	15.854
De três a seis meses	2.368	1.449
Acima de seis meses	69.841	67.380
	397.352	302.882

A Provisão para perdas de crédito esperadas está representada, principalmente, pela provisão constituída sobre o saldo das contas a receber de três clientes antigos do segmento industrial que acumularam uma dívida histórica de R\$ 7.407, R\$ 17.015 e R\$ 33.964 respectivamente. Em relação aos dois primeiros montantes, após sucessivos acordos não cumpridos, resultou-se no corte do fornecimento de gás por meio de decisões judiciais e consequentes execuções que se encontram em curso, sem expectativa de realização. A terceira indústria relacionada discute judicialmente o valor da tarifa praticada, em função do valor do Poder Calorífico Superior do Gás - PCS, havendo, nesse caso, em primeira instância, decisão favorável à CEG RIO. Além do processo que se encontra em andamento, existem dúvidas substanciais sobre a capacidade financeira desta em pagar a dívida em caso de decisão final favorável à CEG RIO. Por isso, a Administração optou por manter o valor provisionado.

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente.

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, utilizando-se de uma matriz de provisão:

	31/12/2021	31/12/2020
Dias de vencimento	Taxa de atraso (%)	Taxa de atraso (%)
A Vencer	1,93	0,77
1 a 30 dias	9,37	1,74
31 a 60 dias	43,42	41,61
61 a 90 dias	61,06	69,34
91 a 120 dias	69,14	82,44
121 a 180 dias	77,45	87,33
181 a 360 dias	70,90	82,12
Mais de 360 dias	98,71	99,52

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas seguem demonstrada abaixo:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	70.623	68.722
Provisão para perdas de crédito esperadas	7.482	4.677
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(1.108)	(2.776)
Em 31 de dezembro	76.997	70.623

Cabe esclarecer que, na constituição de provisão para perdas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que, neste momento, estão agravadas pelo cenário da COVID-19 onde em linha com o disposto no Decreto Estadual nº46.966 de 11/03/2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de algumas as categorias. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas.

Os valores inferiores a R\$ 15 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias.

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2021 uma carteira de 86.659 clientes (84.110 em 31 de dezembro de 2020), dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração e, exceto pelos créditos em atraso dos três clientes industriais, como também pelo faturamento a um único cliente, não há concentração significativa nos seus demais clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

As demais contas a receber do balanço não contêm ativos sujeitos a provisões para perda de crédito esperada.

8. Tributos a recuperar

	2021	2020
PIS e COFINS (a)	184.601	20.143
Contribuição social (b)	35.713	18.869
ICMS a recuperar	15.656	12.809
Demais tributos	1.731	525
	237.701	52.346
Circulante	46.464	43.433
Não circulante	191.237	8.913
	237.701	52.346

(a) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia. Assim, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) apreciou os embargos de declaração opostos pela União, pacificando em definitivo as questões jurídicas, definindo que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das Contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais e que os efeitos da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deve se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até 15.03.2017.

Em 28 de setembro de 2021, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, por meio do PARECER SEI Nº 14.483/2021/ME, se manifestou quanto as orientações a serem observadas no cumprimento da decisão do STF, especialmente quanto ao marco da cessação da eficácia de decisões anteriores a definitividade do precedente com repercussão geral.

A Companhia impetrou o Mandado de Segurança em 31 de agosto de 2016, sendo julgado integralmente procedente pela sentença de primeiro grau que concedeu a segurança para permitir a exclusão dos valores de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como reconhecer o direito ao indébito tributário. Em seguida, foi interposta Apelação e remessa necessária ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF2, que negou provimento a ambos. Contra esse acórdão, foram opostos Embargos de Declaração (pela Fazenda e pela CEG Rio) que ainda estão pendentes de julgamento. Desta forma, a compensação dos valores indevidamente pagos em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS nos cinco anos anteriores à impetração do respectivo Mandado de Segurança, objeto de discussão judicial, só poderá ser realizada após o trânsito em julgado, o que não deve demorar a ocorrer considerando o efeito vinculante da decisão emanada pelo STF.

Em novembro de 2021, a Companhia reconheceu em seu ativo não circulante, o montante de R\$ 173.201, os quais atualizados em 31 de dezembro de 2021, somam o total de R\$ 184.601 (R\$ 145.663 principal e R\$ 38.938 de atualização monetária) relativo a créditos de PIS e COFINS, cuja apuração se deu sem a exclusão do ICMS de sua base, no período compreendido entre março de 2012 até a efetiva alteração da metodologia de cálculo o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. Considerando os valores médios dos tributos federais recolhidos nos últimos anos, a Companhia estima que o valor total reconhecido será compensado em aproximadamente 5 anos, a partir da habilitação do crédito por parte da Receita Federal via processo administrativo, cuja a expectativa da administração é que ocorra em prazo superior a 12 meses.

Em contrapartida dos créditos acima comentados a Companhia reconheceu uma obrigação no passivo não circulante pelo valor integral do ativo por haver uma obrigação recíproca e equivalente da concessionária em restituir tais valores aos usuários e cuja forma dependerá ainda das decisões e respectivas aprovações por parte da Agência Reguladora bem como do período, sendo possível via reajuste tarifário, conforme proposto para o mercado de energia elétrica.

(b) Referem-se a antecipações mensais de imposto de renda e contribuição social com base na receita bruta.

9. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a. Composição

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre os seguintes eventos:

	2021	2020
Provisão para perda esperada sobre contas a receber	15.343	13.193
Provisão para contingências	6.003	5.485
AVP Financeiro	4.473	3.826
Provisão de Fornecedores	578	638
Outras adições e exclusões	(44)	11
Ativo não circulante	26.353	23.153

b. Movimentação**IR e CS diferidos ativos sobre**

	Provisão para perda esperada de crédito	Provisão para contingências	AVP Financeiro	Provisão de Fornecedores	Outras adições exclusões	Total
Em 31 de dezembro de 2019	12.622	8.198	2.210	587	78	23.695
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	571	(2.713)	1.616	51	(67)	(542)
Creditado (debitado) na demonstração do patrimônio	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	13.193	5.485	3.826	638	11	23.153
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	2.150	518	647	(60)	(55)	3.200
Creditado (debitado) na demonstração do patrimônio	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	15.343	6.003	4.473	578	(44)	26.353

c. Realização

Os ativos fiscais diferidos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
2021	-	2.778
2022	3.162	3.010
2023	3.426	3.473
2024	3.953	3.936
2025	4.480	4.631
2026	5.271	3.241
2027	3.689	2.084
2028	2.372	-
	26.353	23.153

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Partes relacionadas

As tabelas a seguir apresentam transações e o valor total das operações que tenham sido celebradas com partes relacionadas para cada data de reporte apresentada.

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 são demonstrados como segue:

A receber/pagar	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Controle comum:				
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG (a)	-	467	-	20.508
Naturgy Soluções S.A. (b)	-	-	8	-
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	93	-	-	-
	93	467	8	20.508
JCP e dividendos				
Controladora:				
Naturgy DL S.A. (c)	-	23.192	-	-
Coligada:				
Pluspetrol Energy S.A. (c)	-	1.168	-	-
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (c)	-	14.557	-	-
	-	38.917	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	93	39.384	8	20.508
Em 31 de dezembro de 2020	93	31.512	28	19.476

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 são demonstrados como segue:

A receber/pagar	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Controle comum:				
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG (a)	-	350	-	19.476
Naturgy Soluções S.A. (b)	-	-	28	-
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	93	-	-	-
	93	350	28	19.476
JCP e dividendos				
Controladora:				
Naturgy DL S.A. (c)	-	18.571	-	-
Coligada:				
Pluspetrol Energy S.A. (c)	-	935	-	-
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (c)	-	11.656	-	-
	-	31.162	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	93	31.512	28	19.476

(a) Referem-se, substancialmente, a obrigações por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

(b) Referem-se a recebimento de comissão por serviço de faturamento.

(c) Referem-se à distribuição de 25% do lucro líquido do exercício.

Não havia outras transações além dos dividendos pagos entre as entidades e a Companhia durante o exercício.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados entre as partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros de mora e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração dos administradores e do conselho fiscal

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar, incluindo os encargos legais, por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Conselho Fiscal	317	299
Conselho de Administração	358	327
Honorários dos administradores e diretor	3.679	3.679
	4.354	4.305

Os montantes apresentados na tabela referem-se aos valores reconhecidos como despesa no exercício relacionados com os membros-chave da Administração.

11. Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos	Serviços de passagem (a)	Software (b)	Contrato de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	129.939	7	542	520.976	651.464
Aquisição	-	-	-	23.351	23.351
Baixas líquidas	-	-	-	(73)	(73)
Amortização	(17.717)	(5)	(151)	(21.649)	(39.522)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	112.222	2	391	522.605	635.220
Custo total	214.853	281	2.602	728.472	946.208
Amortização acumulada	(102.631)	(279)	(2.211)	(205.867)	(310.988)
Valor residual	112.222	2	391	522.605	635.220
Saldos em 1º de janeiro de 2021	112.222	2	391	522.605	635.220
Aquisição	-	-	-	17.674	17.674
Baixas líquidas	-	-	-	(19)	(19)
Amortização	(17.716)	-	(118)	(22.520)	(40.354)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	94.507	2	273	517.740	612.522
Custo total	214.853	281	2.602	746.126	963.862
Amortização acumulada	(120.347)	(279)	(2.329)	(228.386)	(351.341)
Valor residual	94.506	2	273	517.740	612.521

(a) Serviços de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(b) Software refere-se a investimento com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

A composição dos bens incluídos na conta de contrato de concessão está apresentada a seguir:

	Rede de gás	Máquinas e equipamentos	Outros (d)	Total em operação	Imobilizado em andamento (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	477.683	18.761	4.927	501.371	19.605	520.976
Aquisição	-	7.036	178	7.214	16.137	23.351
Transferência para imobilizado em operação	18.173	-	-	18.173	(18.173)	-
Transferência (e)	(39.049)	39.049	-	-	-	-
Baixas líquidas	(73)	-	-	(73)	-	(73)
Amortização	(9.292)	(12.021)	(336)	(21.649)	-	(21.649)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	447.442	52.825	4.769	505.036	17.569	522.605
Custo total	612.959	89.974	7.898	710.831	17.569	728.400
Amortização acumulada	(165.517)	(37.149)	(3.129)	(205.795)	-	(205.795)
Valor residual	447.442	52.825	4.769	505.036	17.569	522.605
Saldos em 1º de janeiro de 2021	447.442	52.825	4.769	505.036	17.569	522.605
Aquisição	-	6.834	14	6.848	10.826	17.674
Transferência para imobilizado em operação	6.070	-	-	6.070	(6.070)	-
Baixas líquidas	-	(19)	-	(19)	-	(19)
Amortização	(17.398)	(4.785)	(337)	(22.520)	-	(22.520)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	436.114	54.855	4.446	495.415	22.325	517.740
Custo total	619.030	96.788	7.912	723.730	22.325	746.055
Amortização acumulada	(182.914)	(41.934)	(3.467)	(228.315)	-	(228.315)
Valor residual	436.116	54.854	4.445	495.415	22.325	517.740
Taxas anuais de amortização (em anos)	30	10 e 20	Diversas	-	-	-

(c) As obras em andamento referem-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

(d) Encontram-se aglutinadas as classes de veículos, móveis e utensílios, terrenos, benfeitorias e hardware, os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$44 (R\$164 em 31 de dezembro de 2020) à taxa média de 6,39% (4,39% em 31 de dezembro de 2020).

(e) A companhia reclassificou alguns de seus itens para a classe de ativo referente a máquinas e equipamentos, é importante ressaltar que esta reclassificação não teve impactos nos saldos relativos a amortização destes itens.

12. Obrigações por arrendamento

A Companhia possui ativos em arrendamento referentes à terrenos e edificações. O prazo de arrendamento de terrenos e edificações varia entre um (superior a um e inferior a dois) e quatro anos. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Prazos contratos	Contratos por prazo e taxa de desconto	
		Taxa % a.a
Superior a 1 ano até 4 anos		9,95 e 11,45

Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos e edificações. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. A companhia aplicou as isenções de reconhecimento previstas no CPC 06 (R2) para os contratos com prazo de doze meses ou menos e/ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo (até R\$ 32 equivalente a 5 mil Euros).

Os saldos de arrendamento em 31 de dezembro de 2021 são de R\$ 13 no ativo (R\$ 390 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 17 (R\$ 430 em 31 de dezembro de 2020) no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

12.1 Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo inicial 01/01/2021	Baixa	Amortizações	Saldo final 31/12/2021	Prazo médio contratual (anos)
Terrenos	36	-	(23)	13	3,67
Edificações	354	(2)	(352)	-	2,57
Total - ativo de direito de uso	390	(2)	(375)	13	

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo em 2020:

Ativo de direito de uso	Saldo inicial 01/01/2020	Amortizações	Saldo final 31/12/2020	Prazo médio contratual (anos)
Terrenos	58	(22)	36	3,67
Edificações	815	(461)	354	2,57
Total - ativo de direito de uso	873	(483)	390	

12.2 Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 01/01/2021	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2021
Terrenos	40	3	(23)	(3)	17
Edificações	390	22	(390)	(22)	-
Total - passivo de arrendamento	430	25	(413)	(25)	17

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo em 2020:

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 01/01/2020	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2020
Terrenos	61	5	(21)	(5)	40
Edificações	856	58	(462)	(62)	390
Total - passivo de arrendamento	917	63	(483)	(67)	430

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Saldo final 31/12/2021
Terrenos	Fixa	9,95	17	-	17
Edificações (*)	Fixa	9,95 e 11,45	-	-	-
Total - obrigação por arrendamento			17	-	17

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Saldo final 31/12/2020
Terrenos	Fixa	9,95	34	6	40
Edificações (*)	Fixa	9,95 e 11,45	390	-	390
Total - obrigação por arrendamento			424	6	430

(*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nesses últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2025	Valores nominais	Valor presente
Terrenos	18	-	18	17
Edificações	-	-	-	-
Total	18	-	18	17

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2021, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 9,95% (terrenos).

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$ 375 (R\$ 483 em 31 de dezembro de 2020) e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 25 (R\$ 67 em 31 de dezembro de 2020).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor e/ou cujo prazo é de 12 meses ou menos foram reconhecidos como despesa de aluguel no resultado do exercício. O montante total reconhecido em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 356 (R\$ 208 em 31 de dezembro de 2020).

13. Fornecedores

	2021	2020
De gás (a)	332.922	227.535
De materiais	2.575	2.155
De serviços	8.178	7.371
	343.675	237.061

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o 12º Termo Aditivo, celebrado entre as partes em dezembro de 2019, no qual seguem as cláusulas do contrato original celebrado em 18 de julho de 2008.

14. Empréstimos e financiamentos

	2021	2020
Linhas de crédito	360.796	355.459
	360.796	355.459
Circulante	118.714	5.459
Não circulante	242.082	350.000
	360.796	355.459

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de desenvolvimento de infraestrutura e distribuição de gás para novos municípios.

Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas.

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores contábeis baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados à taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

Em moeda nacional	Indexadores	Data da		Lc (*)	2021		2020	
		Operação	Vencimento		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Banco Safra	CDI+2,40%	17/08/2020	17/08/2022	100% (a)	114.160	-	1.759	110.000
Banco Mizuho	CDI+2,40%	03/11/2020	03/11/2023	100% (a)	2.200	80.736	556	80.000
Banco Itaú	CDI+2,10%	18/03/2019	02/12/2024	100% (a)	1.366	91.141	856	90.000
Banco Santander	CDI+1,72%	01/03/2019	21/11/2023	100% (a)	988	70.205	2.288	70.000
					118.714	242.082	5.459	350.000

(a) Operações com os bancos Safra, Mizuho, Itaú e Santander repactuados durante o exercício de 2021. Os empréstimos renegociados não tiveram modificações substanciais em seus termos que resultasse no desconhecimento da dívida. Dessa forma, a Companhia recalculou o custo amortizado dos empréstimos considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do empréstimo, reconhecendo no resultado o montante de R\$ 4.153 (Nota 24) referente a perda decorrente da modificação dos termos da dívida.

(*) Lc - Linha de crédito.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	2021	2020
2022	-	270.000
2023	150.941	80.000
2024	91.141	-
	242.082	350.000

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 20.000 com vencimento em um ano, revisadas em diferentes datas durante o ano.

Mapa de movimentação dos empréstimos

	2021	2020
Saldo inicial	355.459	357.839
Encargo provisionado	26.507	15.575
Custo amortizados no exercício	-	-
Encargo pago	(21.170)	(17.955)
Saldo final	360.796	355.459

15. Tributos a recolher

a. Composição do saldo

	2021	2020
Imposto de renda a pagar	15.351	22.899
ICMS	23.761	17.703
PIS e COFINS	2.360	14.013
Taxa Agência Reguladora	1.547	1.087
ISS	1.003	968
Outros	576	180
	44.598	56.850

c. Reconciliação do benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	235.403	235.403	181.954	181.954
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(58.851)	(21.186)	(45.489)	(16.376)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	4.886	1.759	3.484	1.254
Incentivos fiscais	(33)	(12)	(150)	(54)
Outros	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(53.974)	(19.439)	(42.131)	(15.176)
Imposto corrente	(56.327)	(20.286)	(41.733)	(15.032)
Imposto diferido	2.353	847	(398)	(144)
	(53.974)	(19.439)	(42.131)	(15.176)
Alíquota efetiva	23%	8%	23%	8%

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

Conforme deliberação em AGOE realizada no dia 30 de abril de 2021, o capital social foi aumentado em R\$ 62.767 proveniente de reservas de expansão passando de R\$ 161.419 para R\$ 224.186.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social de R\$ 224.186 está representado por 1.995.023 ações, sendo 665.008 ordinárias e 1.330.015 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Residentes no exterior:		
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	22.257	37.594
Naturgy Distribución Latinoamerica S.A.	468.576	720.345
Residentes no país:		
Gaspetro - Petrobras Gás S.A.	174.175	572.076
	665.008	1.330.015

As ações ordinárias têm direito a voto nas Assembleias Gerais e as ações preferenciais, apesar de não terem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital de acordo com o Estatuto.

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

b. Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	2021	2020
Lucro líquido	161.990	124.647
Constituição da reserva legal	(6.321)	-
Base de cálculo dos dividendos	155.669	124.647
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	38.917	31.162
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	19.544	13.934
Dividendos a pagar	22.305	19.317
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	27%	27%

A Assembleia Geral Ordinária e extraordinária de abril de 2021 aprovou a distribuição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma: R\$ 13.934 a título de JCP e R\$ 19.317 em forma de dividendos.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2021, aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a serem distribuídos aos acionistas no valor R\$ 19.544.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para eventual compensação de prejuízo e aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu a reserva legal até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Conforme deliberação em AGOE realizada no dia 30 de abril de 2021, foi destinado o valor de R\$ 62.767 desta reserva para aumento do capital social. Adicionalmente, foi constituída nova reserva no valor de R\$ 85.013 proveniente do resultado de 2020.

e. Reserva especial

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2020, em conformidade com o §5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, considerando o endividamento da Companhia, os acionistas decidiram por unanimidade reter parte do lucro correspondente ao exercício de 2019 deixando de distribuí-lo. Desta forma, foi constituída uma reserva especial, com saldo no montante de R\$ 53.692.

f. Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é o mesmo, uma vez que a Companhia possui o mesmo tratamento para ações preferenciais e ordinárias, não havendo nenhum efeito dilutivo (Nota 16.a).

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	161.990	124.647
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	1.995.023	1.995.023
Lucro básico por ação – R\$	0,08120	0,06248

17. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2021	2020
Trabalhistas	825	1.495
Cíveis	2.548	2.400
Regulatória	84	45
Tributárias	14.199	12.191
	17.656	16.131

A composição e movimentação das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2021	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	2021
Trabalhistas	1.495	186	(856)	825
Tributárias	12.191	2.305	(297)	14.199
Regulatórias	45	45	(6)	84
Cíveis	2.400	298	(150)	2.548
Total	16.131	2.834	(1.309)	17.656

	2019	Provisionado no exercício	Baixas por reversão/ pagamento	2020
Trabalhistas	1.856	894	(1.255)	1.495
Tributárias	12.022	169	-	12.191
Regulatórias	71	35	(61)	45
Cíveis	3.087	161	(848)	2.400
Total	17.036	1.259	(2.164)	16.131

As contingências cíveis referem-se principalmente aos processos interpostos para anular multas aplicadas pela Agência Reguladora e processos de baixa complexidade de reclamações de consumidores.

As contingências tributárias referem-se aos processos de execução fiscal ajuizados pela união federal, objetivando a cobrança de supostos créditos tributários de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL. O saldo em 31 de dezembro de 2021 R\$ 14.199 (R\$ 12.191 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente a Companhia possui outros processos divididos em: (a) trabalhistas R\$ 1.742 (R\$ 1.913 em 31 de dezembro de 2020), (b) tributários R\$ 28.710 (R\$ 11.723 em 31 de dezembro de 2020), (c) regulatórios R\$ 879 (R\$ 814 em 31 de dezembro de 2020) e (d) cíveis R\$ 756 (R\$ 104.514 em 31 de dezembro de 2020) que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Referente as contingências cíveis possíveis, o saldo apurado refere-se principalmente a uma ação movida pelos clientes por não concordarem com o aumento da margem decorrente da 2ª Revisão Tarifária, buscando a anulação desse aumento praticado mediante edição de Deliberação da AGENERSA.

Informamos que, tivemos a baixa do processo nº 16682.720.510/2013-38, com êxito total, referente ao Auto de Infração que exigia a cobrança de compensação de débitos requeridos referente ao tributo COFINS. Os advogados da Companhia estimavam este processo como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituído provisão na época em que foi exigido o recolhimento do débito, cujo valor atualizado era de R\$ 2.168.

Destacamos que, em dezembro/2021, a Companhia iniciou processo administrativo, com a impugnação de um Auto de Infração relativo aos períodos de janeiro/2016 a dezembro/2020, exigindo o recolhimento do ICMS sobre o fornecimento de gás para o cliente com diferimento de imposto. O novo processo refere-se à suspensão do diferimento do ICMS não comunicado pelo cliente e por este motivo a Companhia permaneceu emitindo as faturas de gás sem o destaque do ICMS. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 21.337.

Há ainda depósitos judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$ 116 em 2021 (R\$ 228 em 2020) e cível R\$ 2.389 (R\$ 2.010 em 2020).

18. Compromissos

18.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para uso convencional ("Contrato"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 10 de dezembro de 2019, foi celebrado o Termo Aditivo nº 12 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no qual as partes acordam em diminuir a quantidade diária contratual, para 2.400.000 m³/dia e a adesão à uma nova política de preços, indexada aos preços internacionais do petróleo tipo Brent. Esse aditivo se encontrava vigente na data de encerramento do exercício.

Pelos aditivos nº 11 e nº 12 ao citado contrato de fornecimento de gás natural, a CEG RIO se comprometeu a partir do ano de 2019:

- (i) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do referido mês, corresponda a 70% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM);
- (ii) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade do referido mês, correspondente a 100% da QDC.

No exercício de 2021, não houve pagamento relacionado à Retirada Mínima Mensal.

Considerando o término da vigência do Contrato em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou Chamada Pública, em 03 de setembro de 2021, não tendo recebido proposta elegível. Em consequência, iniciou negociações bilaterais com a Petrobras, tendo sido apresentada proposta bem superior aos patamares até então praticados.

Diante das considerações acima, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro, interuseram medidas judiciais, sendo concedida decisão liminar que assegurou a manutenção das condições do

contrato vigente até 31/12/2021, mantendo as mesmas condições para os próximos 12 meses (até 31/12/2022), ou até que o CADE analise o pleito das Concessionárias impactadas, bem como sejam reguladas as condições de acesso ao mercado de gás.

19. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Venda de gás	3.691.804	2.579.605
Serviço de distribuição (ATR) (a)	84.990	22.824
Contratos de construção	14.013	20.411
Outras receitas	795	1.123
Total receita bruta	3.791.602	2.623.963
(-) Deduções da receita bruta	(664.375)	(441.029)
Receita líquida	3.127.227	2.182.934

(a) Receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobras.

20. Custo do serviço prestado

	2021	2020
Compra de gás e de serviços	(2.763.093)	(1.873.889)
Custo dos contratos de construção	(14.013)	(20.411)
Amortização	(39.900)	(39.035)
	(2.817.006)	(1.933.335)

21. Revisão tarifária

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária 2018-2022), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/2018 e em 19/11/2018, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente.

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma *on-line*, para julgamento do processo referente à 4ª revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022).

Em 24/03/2021 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4199/2021 com os resultados da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da CEG RIO.

Em 29/03/2021, a AGENERSA publicou a suspensão dos efeitos e prazos da referida Deliberação até o pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado e do Poder Concedente sobre as questões relativas ao 3º termo aditivo do Contrato de Concessão.

Em 14/06/2021, a AGENERSA publicou sua decisão por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, reestabelecendo os prazos processuais das decisões constantes da mesma.

Em 21/06/2021, a Concessionária apresentou seus Embargos de Declaração em face ao contido na referida Deliberação. Até o momento não há definição da AGENERSA quanto aos Embargos apresentados.

Assim, estando os efeitos da referida Deliberação suspensos, não há como reconhecer qualquer variação ou constituição de ativo ou passivo regulatório para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 30/12/2021, na sessão regulatória, foi proferida a Deliberação 4364/21, que reconhece o direito ao repasse da inflação de forma diferida, sendo retroativa a 01/01/2022, além do IGPM represado no ano de 2021, sendo condicionada a sua aplicabilidade quando da conclusão da 4ª Revisão Quinquenal, que se espera que ocorra ao longo do ano de 2022.

A referida decisão foi publicada em 30 de dezembro de 2021. No dia 27/01/2022 a Companhia ingressou com um mandado de segurança contra a decisão da AGENERSA.

22. Despesas de vendas, gerais e administrativas

	2021	2020
Serviço de profissionais contratados (a)	(25.997)	(27.218)
Amortização	(455)	(487)
Serviços de manutenção	(7.549)	(8.001)
Honorários e remuneração pessoal-chave	(4.389)	(4.305)
Utilidades, materiais e serviços	(2.242)	(2.105)
Provisões (reversões), líquidas	427	1.232
Perda (recuperação) de créditos (b)	(4.652)	(3.714)
Provisão para perdas de crédito esperada (Nota 7) (b)	(6.374)	(1.901)
Despesas de atividades comerciais (b)	(1.228)	(1.098)
Propaganda e publicidade	(642)	(1.085)
Amortização do imobilizado arrendamento (nota 12)	(375)	(483)
Outros	(475)	(121)
	(53.951)	(49.286)

(a) O saldo contido na referida conta refere-se substancialmente aos serviços operacionais como cobrança, teleatendimento, entrega de faturas e leitura de medidores, comercialização e atendimento ao cliente. Adicionalmente, existem outros serviços corporativos, como serviços e licenças vinculadas à tecnologia da informação e segurança.

(b) Composição das despesas com vendas da DRE.

23. Outras receitas e despesas, líquidas

	2021	2020
Indenização a terceiros	(288)	(1.633)
Receita de penalidades por desvio de programação	4.885	3.068
FEEF (a)	(4.521)	(7.241)
Cessão de capacidade de duto	-	(669)
Demais despesas (receitas)	(815)	(282)
	(739)	(6.757)

(a) O Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF) foi instituído pela Lei nº 7.428, de 25 de agosto de 2016, com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas e previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro que versa sobre a fruição do benefício fiscal ou incentivo fiscal, já concedido ou que vier a ser concedido, fica condicionada ao depósito ao FEEF do montante equivalente

ao percentual de 10% (dez por cento) aplicado sobre a diferença entre o valor do imposto calculado com e sem a utilização de benefício ou incentivo fiscal concedido à empresa contribuinte do ICMS, nos termos do Convênio ICMS nº 42, de 3 de maio de 2016, já considerado no aludido percentual a base de cálculo para o repasse constitucional para os Municípios (25%).

24. Resultado financeiro, líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	9.666	2.472
Juros e multas	515	1.984
Outras receitas financeiras	-	214
Atualizações monetárias ativas (a)	37.555	282
	47.736	4.952
Despesas financeiras		
Encargos de empréstimo (Nota 14)	(22.354)	(15.575)
Comissões	(25)	(106)
Juros capitalizados no intangível (Nota 11)	44	164
IOF	(1)	(16)
Juros arrendamento	(25)	(63)
Multa e juros	(20)	(443)
AVP despesa financeira Nota (14)	(4.153)	-
Outras despesas financeiras	(341)	(44)
Atualizações monetárias passivas (a)	(40.989)	(471)
	(67.864)	(16.554)
Resultado financeiro	(20.128)	(11.602)

(a) O aumento refere-se, substancialmente, à atualização da taxa SELIC sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, ambos no valor de R\$38.939, não tendo impacto no resultado da Companhia.

25. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Risco operacional	29/10/21 a 29/10/22	284.000
Responsabilidade civil geral	29/10/21 a 29/10/22	852.000
Responsabilidade civil - administradores - diretores e dirigentes	29/10/21 a 29/10/22	94.000

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da

CEG Rio S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CEG Rio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEG Rio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 19 de abril de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da CEG RIO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, emitido sem ênfases e ressalvas, com data de 07/02/2022, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos e propostas encontram-se em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 08 de fevereiro de 2022.

Felipe Kfuri Moreira da Silva

Ana Carolina Sartori Natal

Paulo Andrade Rodrigues

Renato Achutti

Marcio Musso de Góes

Naturgy 

www.naturgy.com.br